

01-12-2011

ENTREVISTA ■ CARLOS MATIAS RAMOS



“APANHEI UM MANDATO COMPLICADO”

— TEXTO DE SÓFIA DUTRA

— FOTOGRAFIA DE HUMBERTO MOUCO

/// A meio de um mandato “complicado” - “desde a crise real até às que são inventadas” - o bastonário da Ordem dos Engenheiros fala da “má aplicação do processo de Bolonha”, da criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos e de algumas críticas “raçando a ofensa pessoal”. Carlos Matias Ramos revela ainda a sua preocupação com a engenharia na Administração Pública. “Percebo que têm que haver cortes e restrições, mas que não sejam cegos”, diz, alertando para a junção de alguns órgãos da Administração.

01-12-2011

A&C - Como é que se pode melhorar a imagem da engenharia nacional?

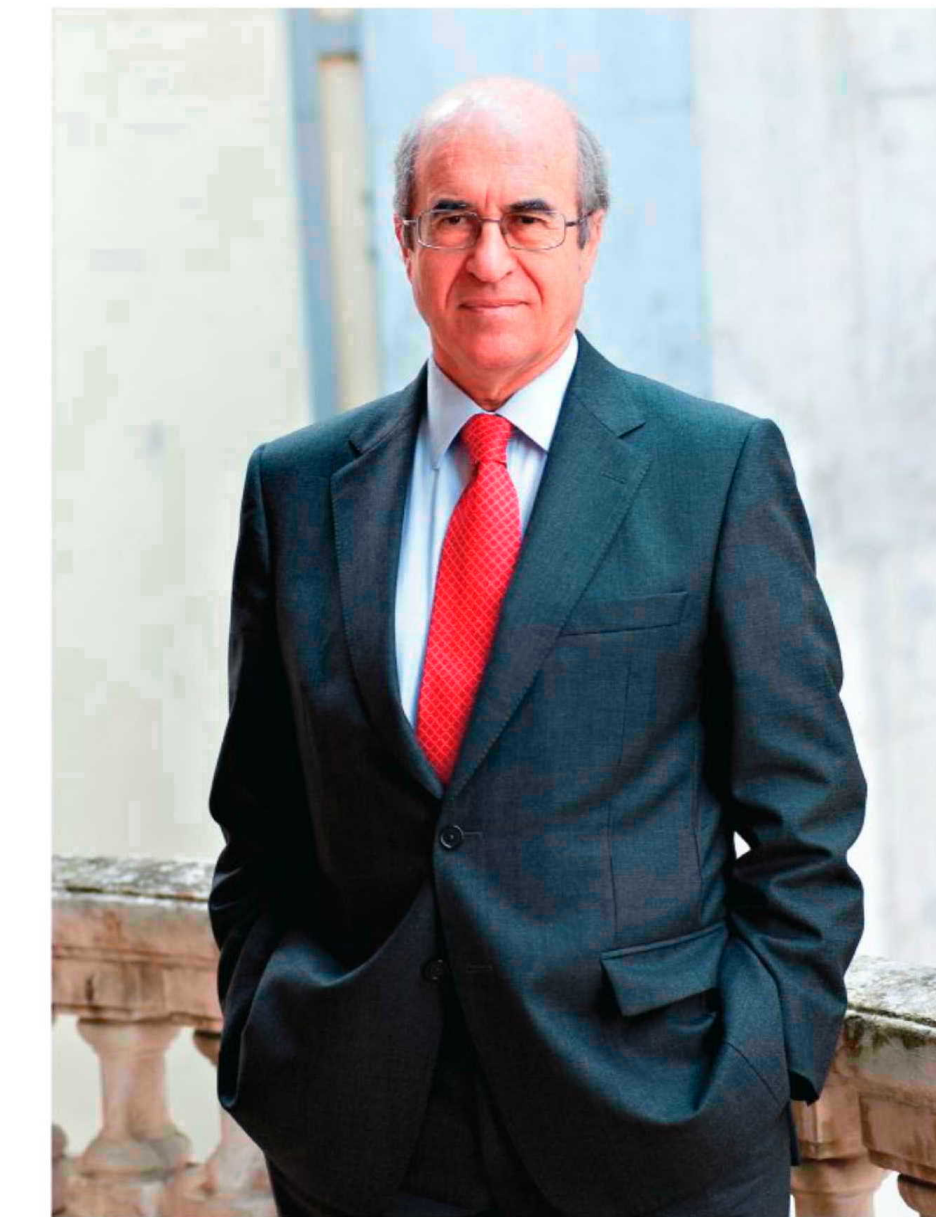
Carlos Matias Ramos – Começa pelo seguinte: o engenheiro é um elemento discreto. Não se esconde, mas também não mostra o seu trabalho como outros profissionais. Muitas vezes, esta forma de estar do engenheiro faz com que o que faz não seja divulgado e com que a engenharia só apareça nas notícias quando há um acidente. É essa imagem de um certo afastamento em relação à comunicação com as pessoas que devíamos mudar, aproximando mais o engenheiro da sociedade, mostrando a sua relevância para o desenvolvimento da mesma.

Tem havido alguns problemas com o reconhecimento da qualificação dos profissionais de engenharia portugueses no Brasil.

A Ordem dos Engenheiros tem uma delegação plena do Estado para a regulação na admissão e no exercício da engenharia em Portugal, que passa pela avaliação do currículo académico e profissional. Só pode utilizar o título de engenheiro em Portugal quem for membro da Ordem dos Engenheiros.

No Brasil, o problema não se põe desta maneira: o Estado não delegou competências plenas ao CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia do Brasil). Esse órgão tem competências na fiscalização e registo dos profissionais e das empresas, mas a legislação estabelece que qualquer profissional de engenharia que queira exercer a sua actividade plena no Brasil tem que ter o seu diploma reconhecido por uma universidade federal. É este aspecto que tem dificultado o registo pleno dos nossos profissionais, com alguma angústia minha. Não é que tenhamos receio no reconhecimento dos nossos diplomas, porque as nossas escolas de ensino superior têm tido um desempenho elevadíssimo e formam engenheiros de excelência, que quando vão para o estrangeiro produzem trabalho com a qualidade que esses países requerem.

O problema que se põe no Brasil é o tempo, que é uma variável determinante, e algumas exigências que estão a ocorrer que eu não esperava. Preocupa-me a forma como algumas universidades se posicionaram perante os pedidos feitos por alguns engenheiros portugueses, não realizando um reconhecimento baseado em conceitos claros e objectivos e que tivesse em conta que um engenheiro que exerce a profissão há 20 anos não é igual a um recém-formado. Choca-me que estejam a ser feitas exigências



complementares e que a análise não seja feita em função da escola de origem, do currículo que o engenheiro apresenta e que lhe vão fazer exigências que não correspondem à sua área de actividade.

O protocolo que a Ordem dos Engenheiros assinou com o CONFEA vai permitir agilizar o processo de reconhecimento dos engenheiros nacionais?

Foi o protocolo possível, não o protocolo que eu gostaria de fazer. É um protocolo de reconhecimento temporário, que permitirá que haja algum tempo para os profissionais cumprirem as formalidades que lhes são exigidas pela legislação brasileira.

Estou convicto que este assunto vai fazer parte da agenda das negociações que vão ter lugar

na Cimeira Luso-Brasileira do próximo ano. Tive sempre a convicção de que o governo partilhava estas nossas preocupações.

Acredita que os engenheiros portugueses ainda vão conseguir contribuir para fazer face ao deficit actual de engenharia no Brasil?

Eles estão lá, não estão de pleno direito. E isso é a pior coisa que pode haver. Não é um problema de clandestinidade, mas de subalternidade, no sentido em que, não tendo o pleno direito, pode haver situações em que eles estejam a exercer a actividade não se responsabilizando por ela.

Na altura em que tomou posse como bastonário da OE disse, em entrevista à Arte & Construção, que tinha havido uma má aplicação do

01-12-2011

processo de Bolonha. Cerca de um ano e meio depois, qual a leitura que faz do processo?

A mesma.

Qual foi o primeiro erro que foi cometido?

O processo de Bolonha foi aplicado talvez depressa demais e sem avaliar as consequências de determinadas decisões. No caso da engenharia criou-se uma situação perfeitamente disfuncional, que resulta de, não há muito tempo, haver no ensino público e privado ofertas de cerca de 600 cursos com o nome de engenharia, em que alguns, às vezes, de engenharia pouco tinham. Falo de licenciados, mestrados, mestrados integrados e doutorados. A prova de que, infelizmente, estou certo são os resultados do último concurso para admissão nas escolas de ensino superior: houve um desajustamento tremendo entre a oferta e a procura. Em engenharia, nas universidades, foram preenchidas cerca de 90% das vagas e nos politécnicos 46% das vagas.

Neste momento, o processo de Bolonha conduziu a que haja situações das mais diversas e muito difíceis de avaliar. Um aluno que tem licenciatura em determinada área, por vezes, vai fazer o mestrado numa área completamente diferente. É evidente que as escolas devem avaliar a capacidade desse aluno para a aprendizagem nesse mestrado, e isto dificulta muito a regulação, porque a engenharia é uma profissão de confiança pública. Uma sociedade desregulada é uma sociedade que não tem futuro.

Mas neste momento há regulação, até por duas Ordens. Como analisa a criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos?

Em devido tempo, quando esse processo se iniciou na Assembleia da República, manifestámos a nossa posição: altamente desfavorável, porque criava confusão. Confusão no nome.

Nós apresentámos, na Assembleia da República, os nossos pontos de vista contra a criação daquela organização. A partir do momento em que a Assembleia definiu aquilo que achou que devia fazer, no último minuto - são pormenores que eu não estava à espera numa instituição que merece o maior respeito e credibilidade - está decidido. Agora existe outra organização. Que faça o seu caminho. A partir daí deixamos de nos pronunciar sobre essa matéria.

De acordo com os estatutos da Ordem dos Engenheiros, "a Ordem dos Engenheiros é a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de engenheiro". Nós tínhamos pareceres de juristas a dizer que se não incorporássemos os licenciados podíamos estar a não cumprir o disposto no nosso estatuto. Em Junho de 2010, iniciámos o

processo de análise com os membros das implicações do Processo de Bolonha e, em particular, do diploma do governo que estabelece as classificações, dizendo que as licenciaturas agora são de três anos, não diferenciando - o que me fez muita confusão. Eu, com certeza era uma pessoa muito limitada, porque precisei de seis anos para ter o grau de licenciado. Agora, o mesmo grau, sem fazer distinção na legislação, é obtido com três anos. Só o nosso país conseguiu fazer esta interessante caracterização. Nos países anglo-saxónicos, o bacharel, o mestre e o doutorado são os três graus académicos. Em Portugal, somos inovadores.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos acusa que a OE reserva para os licenciados do primeiro ciclo o papel de subalternos de alguns colegas. Como responde a essa crítica?

As críticas que têm surgido, às vezes raiando a ofensa pessoal... É uma coisa que não gosto de fazer. Algumas críticas ultrapassaram aquilo que eu achava que era possível na relação entre instituições e entre pessoas. Portanto, em relação a isso não me pronuncio.

Como encara a criação de uma comissão conjunta entre as duas Ordens para abordar as

questões da engenharia de que a OET manifestou vontade?

Não recebo recados pela Comunicação Social. Nunca foi tratado, nem com a Ordem dos Arquitectos.

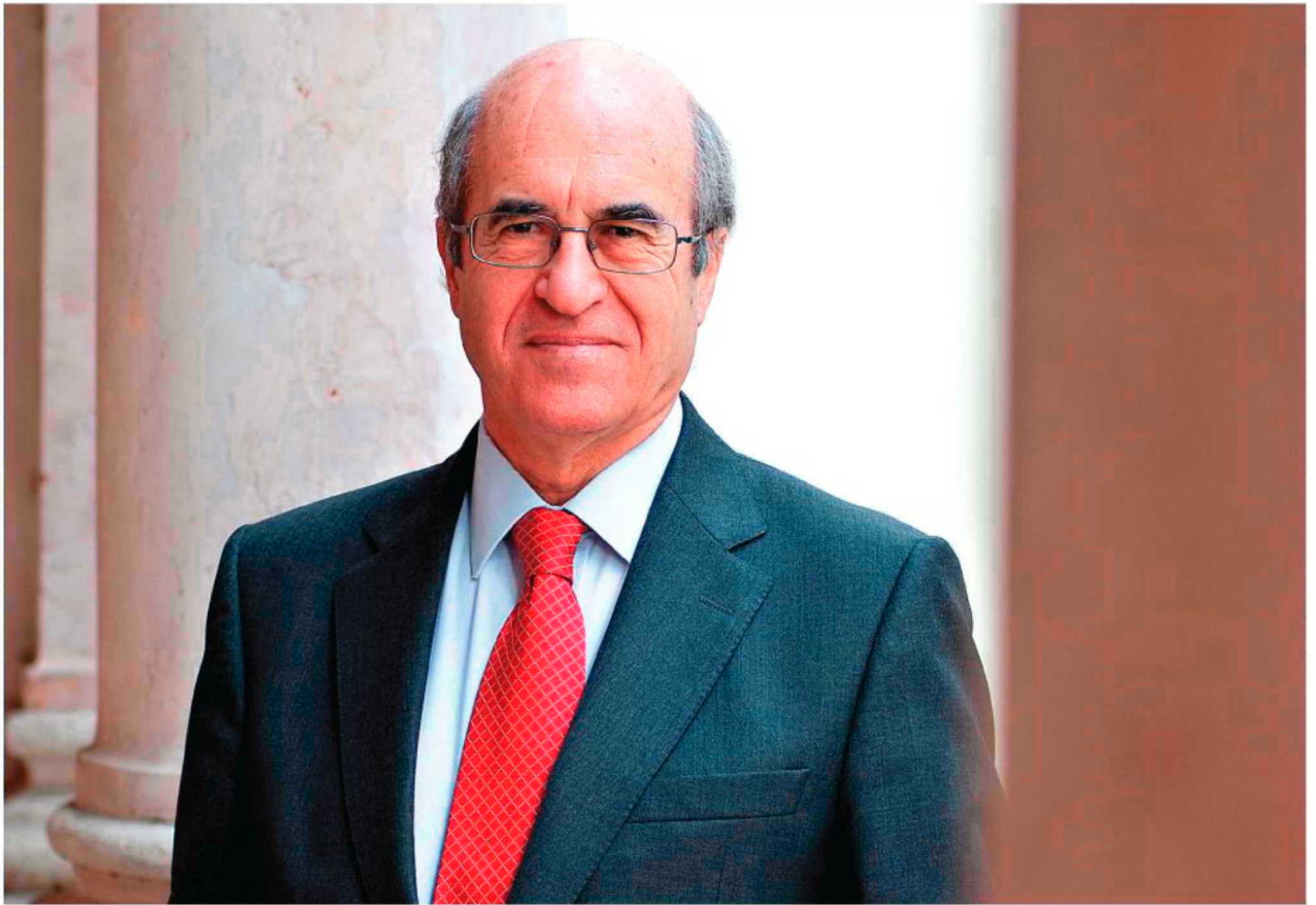
Com veria a possibilidade de criação de uma Ordem única?

O nosso regulamento de admissão e qualificação responde, por si só, a essa pergunta. Nós admitimos profissionais com três anos, licenciados, aos quais atribuímos um determinado nível. Não defendo corporativismos atávicos, defendendo a qualidade e a exigência na classificação dos profissionais. Quando se diz que estamos a subalternizar seja quem for, não é verdade. Estamos a classificar o nível, em função de ser licenciatura, mestrado ou doutoramento. Se as escolas dão formações de três anos, cinco anos e doutoramentos, forçosamente não é o mesmo produto, são formações académicas que dão visões diferentes. Para nós, o E1 pode perfeitamente passar a E2 se obtiver o grau de mestrado e um currículo profissional altamente qualificado. Não há subalternização, há classificação em função de parâmetros de formação académica.

«QUANDO SE DIZ QUE ESTAMOS A SUBALTERNIZAR SEJA QUEM FOR, NÃO É VERDADE. ESTAMOS A CLASSIFICAR O NÍVEL, EM FUNÇÃO DE SER LICENCIATURA, MESTRADO OU DOUTORAMENTO. SE AS ESCOLAS DÃO FORMAÇÕES DE TRÊS ANOS, CINCO ANOS E DOUTORAMENTOS, FORÇOSAMENTE NÃO É O MESMO PRODUTO, »



01-12-2011



Lidei sempre com os dois níveis profissionais. Havia profissionais competentíssimos de ambos os lados, mas um tinha maior capacidade para uma resposta rápida à evolução do conhecimento que o outro, que tinha uma formação de base diferente, muito vocacionada para a produção. E bem. Nós precisamos dos profissionais todos. O país precisa de eliminar estas barreiras fictícias. A engenharia é única, exercida por profissionais com diferentes níveis para o exercício da profissão. Ninguém aceita que não haja alguém que defina o que estes profissionais podem fazer, em função de três pilares: formação académica, formação contínua e experiência profissional.

Para além da internacionalização, que está obrigatoriamente na ordem do dia, que outras preocupações é que os membros da OE têm revelado?

Nos últimos tempos, tenho manifestado uma preocupação em relação à junção de alguns órgãos da Administração Pública, que, no meu entender, não está a ser bem feita. Há necessidade de transmitir aos mais novos o conhecimento adquirido ao longo dos anos. Percebo que tem que haver cortes e restrições, mas que não sejam cegos.


Um dos grandes erros foi politizar a Administração Pública. A definição das orientações tem que ser política, mas a forma como se processa a gestão não deve ser política.

Estou preocupado com a engenharia na Administração Pública, porque alguns indicadores dizem que a situação nalgumas áreas é preocupante. Gostaria de perceber qual é o conceito que está associado à segurança de infra-estruturas determinantes, como barragens, que está em dois sectores, ambos altamente deficitários em termos de número de pessoas. Porquê que não se faz uma autoridade única? Porquê que há-de haver dois grupos de trabalho em casas distintas, com abordagens e princípios que têm que ser os mesmos e com uma massa crítica adequada à responsabilidade que este tipo de acções implica? Outra coisa que me faz confusão: a APA é do ambiente; o INAG era da obra. Vamos misturar aquele que tem capacidade de decisão numa infra-estrutura com a área do ambiente? Não há o confronto. Não há independência total. Pode dizer-se que são departamentos diferentes, mas o chapéu é o mesmo. Como diz a frase celebre: "para se ser honesto não basta sê-lo, é preciso parecê-lo". Aqui cria-se logo à partida a sensação de que pode não haver independência no processo de decisão. Tem que haver

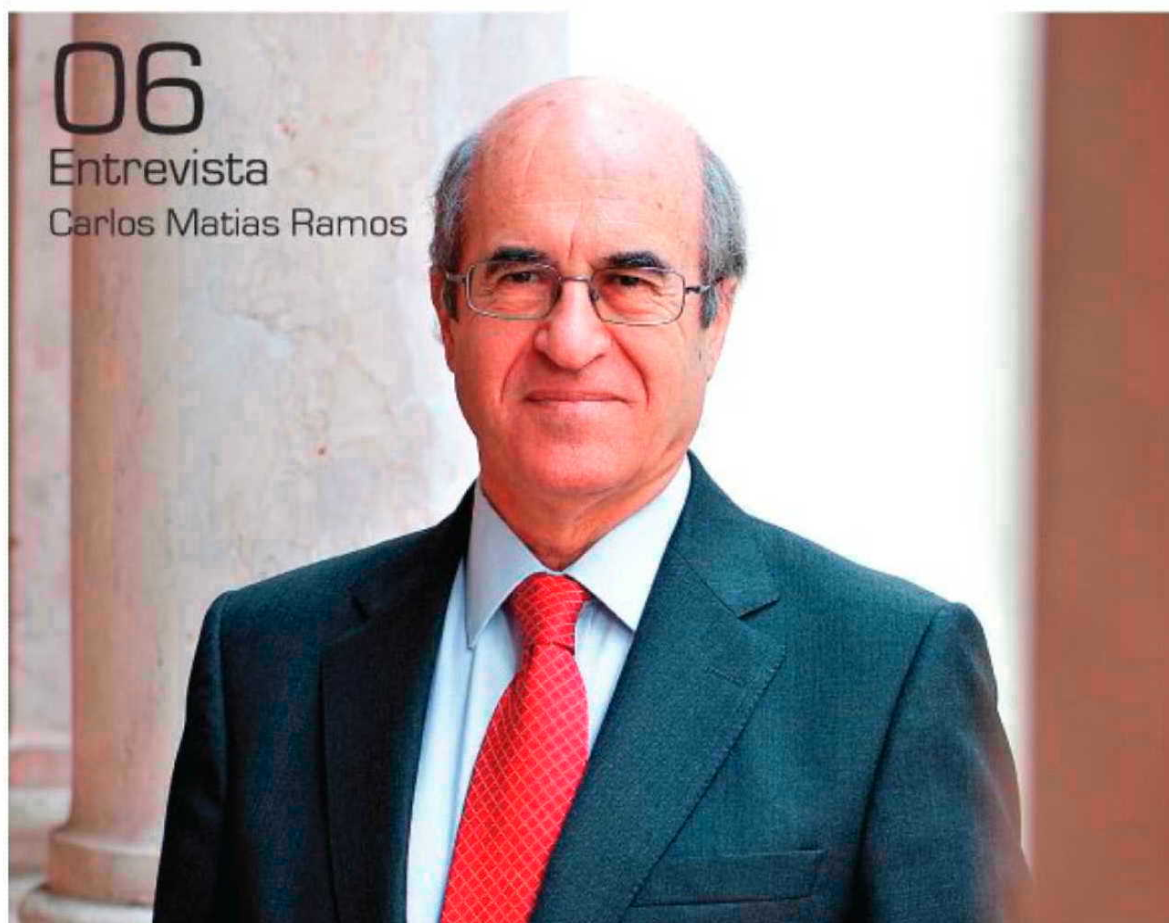
entidades independentes, que não estejam sob o mesmo chapéu. E depois esse chapéu é muito fraco. Não é culpa dos profissionais que lá estão, mas houve descapitalização e não há massa crítica. Em vez de criar-se uma entidade única que se preocupasse com todas as infra-estruturas dessa natureza, continuamos a separar-nos, que é uma coisa que não entendo. Um país que pretende rentabilizar os seus recursos não se pode dar ao luxo de ter duplicações.

Não pode haver cortes cegos. Tem que haver uma lógica baseada no disponível e no possível, mas que não descure um aspecto fundamental: a segurança das pessoas. Não há orçamento que justifique a não regulação desta actividade, por forma a garantir a segurança.

O que gostava de conseguir alcançar até ao fim do seu mandato, em 2013?

Gostava de conseguir alcançar as linhas orientadoras do meu programa de candidatura. Apanhei um mandato complicado, desde a crise real até às que são inventadas, por tudo isso tem sido um mandato em que não posso estar parado e, muitas vezes, tenho que acorrer a fogos quando o que gostava era de estabelecer estratégias, numa lógica de futuro. 

01-12-2011



A MEIO DE UM MANDATO “COMPLICADO”- “DESDE A CRISE REAL ATÉ ÀS QUE SÃO INVENTADAS” - O BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS FALA DA “MÁ APLICAÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA”, DA CRIAÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS E DE ALGUMAS CRÍTICAS “RAIANDO A OFENSA PESSOAL”. CARLOS MATIAS RAMOS REVELA AINDA A SUA PREOCUPAÇÃO COM A ENGENHARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. “PERCEBO QUE TÊM QUE HAVER CORTES E RESTRIÇÕES, MAS QUE NÃO SEJAM CEGOS”, DIZ, ALERTANDO PARA A JUNÇÃO DE ALGUNS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO.

01-12-2011

A meio de um mandato "complicado" - "desde a crise real até às que são inventadas" - o bastonário da Ordem dos Engenheiros fala da "má aplicação do processo de Bolonha", da criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos e de algumas críticas "raizando a ofensa pessoal". Carlos Matias Ramos revela ainda a sua preocupação com a engenharia na Administração Pública. "Percebo que têm que haver cortes e restrições, mas que não sejam cegos", diz, alertando para a junção de alguns órgãos da Administração.

Entrevista

CARLOS MATIAS RAMOS
"Apanhei um mandato complicado"

